

Impresso
Especial

9912290136/2012-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...

IPARDES
40
a n o s

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.35, n.1-2, janeiro/fevereiro 2013

sumário

- 3 EXPANSÃO ECONÔMICA E REFORMAS INSTITUCIONAIS
Gilmar Mendes Lourenço
- 7 O PERFIL CONCENTRADO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA
Ana Sílvia Martins Franco
- 10 A IMPORTÂNCIA DO MINÉRIO DE FERRO
Guilherme Amorim
- 12 A PRODUÇÃO PARANAENSE DE GRÃOS E AS PERSPECTIVAS PARA 2013
Francisco José Gouveia de Castro
- 15 O COMPORTAMENTO DO COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ EM 2012
Patrícia Adriana Ostapechen Krüger
- 17 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 20 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO *(Editor)*

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO *(Economista)*

GUILHERME AMORIM *(Economista)*

PATRÍCIA ADRIANA OSTAPECHEN KRÜGER *(Economista)*

CASSIANO CORRÊA DE OLIVEIRA *(Estagiário de Economia)*

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI *(supervisão editorial)*

CLAUDIA ORTIZ *(revisão de texto)*

LÉIA RACHEL CASTELLAR *(editoração eletrônica)*

MARIA ROSA DAVIN *(normalização bibliográfica)*

STELLA MARIS GAZZIERO *(projeto gráfico)*

O encerramento da contabilidade econômica do biênio 2011-2012 reservou ao Brasil uma taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) de 1,8% ao ano, uma das menores da história, comparável a alguns exercícios do decênio perdido de 1980 e do começo dos anos 1990, e apenas igualando com a expansão da força de trabalho, expressa na evolução da população economicamente ativa (PEA). Com isso, o País perdeu espaço e passou a ocupar a rabeira, entre os emergentes, no certame de variação dos níveis de produção e de negócios, superando apenas o Paraguai no continente latino-americano.

O pior é que, com um desempenho tão píffio, o Brasil, mais uma vez, decretou o adiamento do tão esperado espetáculo do dinamismo sustentado, vendido, permanentemente, de maneira triunfalista, pelas autoridades de Brasília, particularmente pelo Ministério da Fazenda, que culpou o colapso internacional, transmitido internamente pelo declínio das correntes comerciais e de crédito, quando as estimativas do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), relativas ao terceiro trimestre de 2012, despejaram uma ducha de água fria sobre as sentenças otimistas proferidas pelo titular daquela pasta.

Na ocasião, o ministro Mantega chegou ao extremo de constranger a absoluta independência técnica e competência do trabalho da entidade nacional, questionando os critérios de mensuração das contas sociais da nação, ao perceber que os resultados do referido trimestre contrastavam com as projeções de outras instituições públicas e privadas, nacionais e forâneas, que não conseguiram captar adequadamente o desarranjo dos preços relativos, ocorrido na economia brasileira, entre maio e setembro de 2012, com a desova dos estoques industriais, a deflagração de um curso de depreciação de 25% do real diante do dólar e a ainda branda queda de rentabilidade das instituições financeiras, composta pelas tarifas e *spreads*, que constituem a diferença entre o juro pago pelo tomador e o custo de captação.

Sem mistérios, a reprise continuada do desprezível ritmo de acréscimo dos patamares de atividade no Brasil repousa nos sucessivos equívocos cometidos pela desconexa orientação macroeconômica, refém de objetivos de curto prazo e de ferrenhas pressões emanadas de alguns segmentos com apreciável poder de mercado ou influência política, redundando na formação de focos de aceleração da inflação, pela via da deterioração das finanças governamentais, gerada por aumentos diretos de dispêndios ou renúncias fiscais oriundas das chamadas desonerações, que podem ser consideradas autênticas cestas de benefícios para quem não necessita delas.

O professor Ignácio Rangel demonstrava, já nos primórdios da década de 1960, de maneira bastante didática e recheada de instrumentação estatística, a existência de uma relação inversa entre PIB e inflação, com a precisão dos ponteiros de um relógio. Como os *experts* econômicos brasileiros perderam aquelas (e outras) aulas, o País amargou um final de 2012, com o PIB em regime forçado de emagrecimento e a espiral de preços ficando mais longe do centro e aproximando-se do teto da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 6,5% a.a., o que pode vir a anular os ganhos recentemente conquistados, derivados da marcha cadente dos juros e ascendente do câmbio.

A redução dos juros pelo BC revelou-se correta enquanto a possibilidade de desgarrada dos preços esteve atrelada aos choques externos de oferta

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

Ressalte-se que a estratégia do BC na direção da compressão dos juros, executada desde o segundo semestre de 2011, revelou-se correta, predominantemente enquanto a possibilidade de desgarrada dos preços esteve atrelada aos choques externos de oferta. O único deslizamento repousou na aprovação de uma circular, no mês de maio de 2012, modificando os critérios sobre os recolhimentos compulsórios a prazo, propiciando a utilização de cerca de R\$ 18 bilhões pelas entidades financeiras para a cobertura de novos financiamentos de automóveis e de veículos comerciais leves, o que correspondia a 10% do crédito ofertado ao segmento e representou um tipo de Bolsa Família para o ramo automotivo.

Entretanto, tão logo os movimentos ascendentes da demanda doméstica, centrados na subida dos gastos públicos e dos salários reais (acima da produtividade da economia), afloraram, a instância monetária passou a sinalizar redobrada cautela no afrouxamento monetário, evidenciada nas atas e comunicados do Comitê de Política Monetária (COPOM), emitidos no final de 2012 e começo de 2013.

No fundo, as trapalhadas brotaram das outras áreas do Executivo, lideradas pela Fazenda e pelo próprio Palácio do Planalto, que vem atravessando um estágio de crise de identidade. Na prática, emerge uma sucessão, bastante atabalhoada, de providências supostamente favoráveis ao mercado, como as benesses baseadas no imposto sobre produtos industrializados (IPI), a permuta da incidência de cobrança da contribuição do INSS da folha para o faturamento, e o alargamento das operações de crédito subsidiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), buscando proteger os “eleitos do senhor”, sem uma transparente divulgação das respectivas regras e critérios.

A agência oficial de fomento foi inundada com quase R\$ 250 bilhões em dotações do Tesouro Nacional entre 2009 e 2012, captadas a custos superiores às taxas de empréstimos e que representaram a metade dos desembolsos efetuados neste tempo, não necessariamente complementares ao crédito privado ou destinados à geração de economias externas e ao conserto das imperfeições provocadas pelo livre jogo das forças de mercado.

O pior é que como o alvo principal dos repasses foi a incorporação de companhias, as ações da instituição não contribuíram substancialmente para a mexida para cima na taxa de investimento agregada do País, que situou-se em 18,1% do PIB em 2012, contra 30% no Peru e 27% no Chile, por exemplo.

Em paralelo, apareceram as confusas incursões intervencionistas, como as privatizações aéreas, feitas a contragosto, com os leilões vencidos por organizações de segunda linha, nos casos dos terminais de Guarulhos, Viracopos e Brasília, e a imposição da preservação de enorme presença e participação da estatal INFRAERO, nas transferências dos aeroportos de Confins e Galeão.

Ademais, manteve-se, até começo de 2013, uma política de combustíveis refém do controle da inflação; foi definida a participação de 30% da Petrobrás nos empreendimentos voltados à exploração do pré-sal; houve a aparelhagem política e escassa independência operacional, técnica e financeira das agências reguladoras dos serviços públicos; e a aplicação da redução média de 20% do preço final da energia elétrica, com o sacrifício das receitas, do equilíbrio financeiro e da programação de investimentos das companhias estaduais, o que permite entender a recusa da CESP de São Paulo, da CEMIG de Minas Gerais, da COPEL do Paraná, e da CELESC de Santa Catarina, em renovar as concessões de suas unidades geradoras.

A propósito dos investimentos, o governo assistiu passivamente o abrupto declínio dessa variável estratégica por seis trimestres sucessivos, fenômeno que, por si só, já comprometeu irremediavelmente a capacidade de expansão da oferta interna em médio e longo prazo. Os seis apagões energéticos em série, verificados no segundo semestre de 2012, não representam mera obra das condições climáticas adversas, como já defendia o presidente Fernando Henrique Cardoso em 2001.

Nesse sentido, faltou percepção técnica de que a eficácia da multiplicação de embrulhos de estímulo ao consumo esbarraria, mais cedo ou mais tarde, no esgotamento do atendimento da demanda reprimida por bens essenciais – fruto da mobilidade social observada nos últimos anos, resultado da valorização do salário mínimo e das transferências públicas de renda – e na exaustão da capacidade de endividamento primária da população.

Esta última restrição tem sido tapeada por um pleno emprego precário no mercado de ocupações, abrigado no setor de serviços, caracterizado por menor produtividade dos fatores *vis à vis* a indústria e, por extensão, menor remuneração, limitada à faixa até dois salários mínimos. Acima disso, inclusive, a geração líquida de postos de trabalho é negativa, conforme levantamentos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Logo, o escape da armadilha do baixo crescimento não requer necessariamente o abandono do tripé macroeconômico constituído por metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante, que vem sendo defendido e levado a cabo, de maneira improvisada, pela atual heterodoxia oficial, e avalizado pelas principais entidades de classe empresariais, com o rótulo de nova matriz econômica, acrescida de medidas protecionistas dissociadas de um plano de preparação para um novo estágio de crescimento de longa maturação temporal.

O retorno do poder de expansão vigorosa e duradoura da economia brasileira exige a recuperação dos componentes de competitividade sistêmica dos agentes produtivos dessas paragens, dentro e fora do território nacional, factível somente com uma ampla contração do fardo tributário e financeiro carregado por empresas e consumidores; a restauração, ampliação e modernização da infraestrutura; e a feitura de ajuste das contas públicas pela via da diminuição do dispêndio corrente – dado que parcela expressiva da suposta responsabilidade fiscal contida nos saldos primários advém da maximização da carga tributária, de um sistema regressivo, que passou de 26,7% para 35,3% do PIB entre 1996 e 2011, de acordo com os dados consolidados da Receita Federal –, requisito básico para a redução perene das taxas de juros e sua manutenção em níveis reduzidos.

Na mesma linha, é crucial a minimização das despesas de admissão e desligamento e ampliação da qualificação da mão de obra; a impulsão das inversões em ciência, tecnologia, inovação e educação; a perseguição de um câmbio competitivo e pouco inflacionário; e a formação de um ambiente de negócios transparente, estável, regulamentado, desburocratizado e adequado ao investimento e aos retornos crescentes de escala dos agentes públicos e privados.

Como, em dois anos de mandato, o governo Dilma desprezou a tarefa de priorizar a derrubada destas barreiras estruturais e escolheu a letargia gerencial do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a intensificação da estratégia de incentivo tópico ao consumo e emprego, deflagrada em resposta à crise de 2008, o Brasil observou o agravamento da distância frente aos concorrentes da globalização produtiva.

O PAC é uma verdadeira letra morta em inversões públicas oriundas de haveres orçamentários, desde o seu nascedouro

Lembre-se que o PAC pode ser avaliado como verdadeira letra morta em inversões públicas oriundas de haveres orçamentários, desde o seu nascedouro, em fevereiro de 2007, apenas margeando as prioridades de desobstrução dos gargalos infraestruturais ao crescimento do País. No tocante aos investimentos das estatais, 87% do total coube à Petrobrás, conforme apurado pela organização Contas Abertas, a despeito das conhecidas limitações de natureza financeira.

Nesse particular, um exame atento das principais cifras e indicadores contidos no balanço da Petrobrás, relativo ao exercício de 2012, permite apreender a magnitude dos estragos ocasionados pela submissão da gestão, e das escolhas estratégicas, de um agente microeconômico de grande porte, a interesses de natureza política e/ou a objetivos definidos por uma discutível orientação macroeconômica oficial de curto prazo, repleta de lances de voluntarismo.

Os resultados expostos foram, para dizer o mínimo, frustrantes. O lucro líquido da companhia somou R\$ 21,2 bilhões, declinando 36,3% frente ao experimentado em 2011 (apesar de o faturamento ter crescido 15%), sendo este o pior resultado desde 2004. Lembre-se que, entre abril e junho de 2012, a Petrobrás contabilizou prejuízo trimestral de R\$ 1,346 bilhão, o primeiro desde 1999.

Aliás, o atendimento a demandas de condutas políticas foi generalizado nas empresas públicas. Só a título de exemplo, a Eletrobrás foi a companhia mais atingida pela aplicação dos critérios para a redução do valor das tarifas do setor elétrico, a partir de 2013. Isso porque as cifras estabelecidas para a indenização dos investimentos realizados nas unidades de geração e distribuição, por ocasião da renovação dos contratos de concessão, foram avaliadas como insuficientes pela organização para a manutenção do equilíbrio financeiro, eficiência operacional e prosseguimento da vultosa programação de inversões prevista.

O alcance desses objetivos exigirá diminuição de mais de 30% dos dispêndios correntes da empresa, nos próximos três anos, além da elevação das receitas. Em idêntico sentido, Furnas anunciou compressão de 35% do contingente empregado e 22% nos gastos com materiais e serviços em um período de cinco anos.

Em direção análoga, o BNDES contabilizou queda de 9,5% do lucro líquido em 2012, em consequência do escape das funções estratégicas convencionais e da radicalização da política de estímulo prioritário a grandes grupos ou a “campeões nacionais”, que abocanharam mais de dois terços dos recursos liberados para financiamento pela instituição. O declínio no lucro seria de 36%, caso o Conselho Monetário Nacional (CMN) não houvesse autorizado, no final do exercício, a retirada do valor da depreciação das ações transferidas pela União – avaliadas como investimento de longo prazo –, estimado em R\$ 2,38 bilhões.

Os maiores prejuízos aconteceram com as transações do BNDESPar, que encolheram 93,1%, sendo que o montante da carteira despencou de R\$ 89,7 bilhões em 2011 para R\$ 78,2 bilhões em 2012, o que pode ser atribuído à diminuição do pagamento de dividendos da Vale, Petrobrás e Eletrobrás, o que exigiu provisões de perdas que suplantaram R\$ 3,0 bilhões.

Assim, a grande exceção ao marasmo do PAC corresponde aos aportes no Programa Minha Casa Minha Vida que, absorveram, segundo o Ministério do Planejamento, 48,9% das aplicações em 2011-2012. Nesse particular, há quem considere o PAC “muito mais bem sucedido como empreendimento imobiliário do que como esforço de modernização e ampliação da infraestrutura econômica e social”.¹

Tanto é assim que pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), abrangendo 15 nações emergentes, coloca o País no vergonhoso 14.º lugar no certame de competitividade, ficando à frente apenas da Argentina. Em apreciação parecida, o Brasil figura na 130.ª posição em clima de negócios, em um *ranking* de 185 nações cotejadas pelo Doing Business, preparado pelo Internacional Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial, ficando bastante atrás do Chile (37.º), Peru (43.º), Colômbia (45.º) e México (48.º).

Por tudo isso, na segunda etapa de sua gestão, a presidente está condenada a abdicar da melancólica depressão ideológica e aprofundar a onda de reformas institucionais, iniciadas no governo FHC e prosseguidas, ainda que de um jeito meio tímido, na primeira fase da administração Lula, essencial para o retorno da confiança e do espírito animal do setor privado, marcado pela tomada de risco ditada pelas expectativas de retornos crescentes.

Nesse particular, é prudente lembrar que o amadurecimento das reformas, ao lado do panorama positivo do mercado mundial de *commodities*, explica a alteração de patamar de expansão do PIB do Brasil, que passou de 2,5% a.a. entre 1995 e 2002 para 4,0% a.a. no intervalo 2003-2010.

¹ O balanço inflado do PAC.
O Estado de São Paulo,
24 fev. 2013. Notas e
Informações, p. A3.

O PERFIL CONCENTRADO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA

Ana Sílvia Martins Franco *

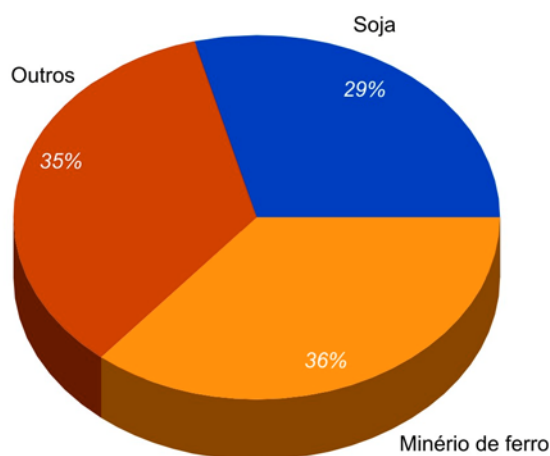
Após a eclosão da crise financeira internacional, a China tornou-se, em 2009, o principal destino das exportações brasileiras e consagrou-se como o maior parceiro comercial do Brasil, apressando uma tendência que estava prevista. Naquele ano, diferentemente dos demais países, a China apresentou menor desaceleração nas suas importações, decorrente da crise internacional. Em 2012, as exportações brasileiras para a China atingiram US\$ 41,23 bilhões, representando 17% do total exportado pelo país, segundo dados divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Contudo, o ganho de *market share* do Brasil nas importações chinesas está fortemente concentrado em *commodities*. A composição das exportações brasileiras para a China é formada basicamente por *commodities* agrícolas e minerais. Entre os principais produtos exportados para o gigante asiático, destacam-se o minério de ferro e a soja.

Em 2012, as trocas comerciais brasileiras de minério de ferro atingiram US\$ 30,99 bilhões, sendo que 48,2% destes tiveram como destino a China, totalizando US\$ 14,92 bilhões. Em relação à soja, o Brasil comercializou internacionalmente US\$ 17,46 bilhões, sendo que 68,9% destes foram para o país asiático. As exportações brasileiras de soja para a China encerraram o ano em US\$ 12,03 bilhões.

Considerando o intercâmbio comercial do Brasil com a China em 2012 (US\$ 41,23 bilhões), o minério de ferro abarcou 36,2% desse total (US\$ 14,92 bilhões). A soja brasileira representou 29,2% das exportações para o país (US\$ 12,03 bilhões) (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA - 2012



FONTE: MDIC/SECEX
NOTA: Elaboração IPARDES.

A participação das exportações de minério de ferro para a China, principal produto exportado para o país, em 2012 representou 6,2% da pauta de exportações brasileira. A soja, segundo produto mais exportado para o país asiático, representou 5% das exportações do Brasil.

* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

A expansão ainda elevada da economia chinesa, apesar da desaceleração do crescimento de seu Produto Interno Bruto, de 9,3% em 2011 para 7,8% em 2012 (nível mais baixo desde 1999), aumentou sua demanda por bens e serviços. A China vivencia um processo acelerado de urbanização, marcado pela saída da população do meio rural, multiplicando a demanda por alimentos e energia. Este é um dos fatores que explicam o aumento da demanda chinesa por *commodities* primárias.

Além disso, o aumento da renda *per capita* da China nos últimos anos também foi responsável pela elevação do consumo de alimentos. O governo chinês busca elevar o peso do consumo doméstico na economia, o que contribui para aumentar a renda *per capita* e, por consequência, a demanda por alimentos. Em relação ao minério de ferro, o crescimento da demanda chinesa pela matéria-prima sucede da forte demanda do país por aço, advinda dos expressivos investimentos em infraestrutura e na construção civil, além do forte crescimento da produção de bens de capital e bens de consumo duráveis, em especial o mercado de automóveis, que é um grande consumidor de chapas de aço.

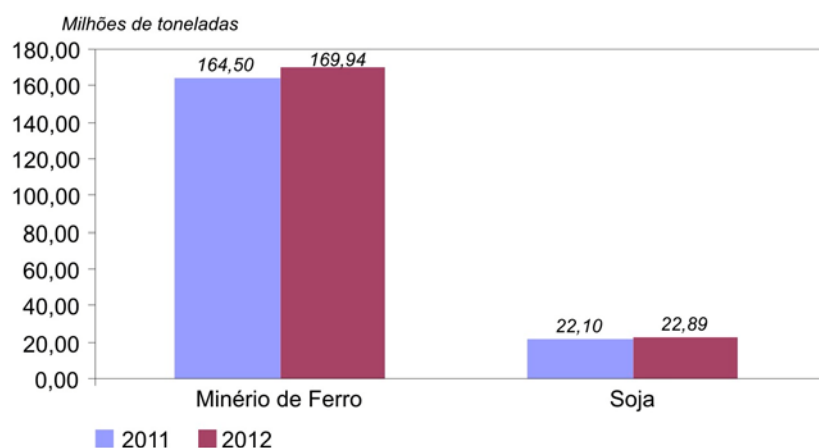
A China, maior importador mundial de minério de ferro e de soja, destaca-se também como o maior comprador do minério de ferro e da soja brasileira, o que acarreta maior participação das *commodities* nas exportações brasileiras para o país. A expressiva demanda da China por *commodities*, e também de outros países emergentes, fez com que os preços desses produtos disparassem no mercado internacional.

O minério de ferro foi comercializado a um preço médio de US\$ 94,91 por tonelada em 2012, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Todavia, sofreu uma queda de 24,9% em seu preço, comparado ao ano de 2011, quando foi vendido a uma média de US\$ 126,40 por tonelada. Em contrapartida, a soja teve um acréscimo de 7,1% em seu preço médio, sendo comercializada em 2012 a US\$ 530,29 por tonelada. Em 2011, o preço médio por tonelada da soja era de US\$ 494,98.

A queda no preço do minério de ferro em 2012 pode ser explicada pelo desaquecimento da economia global, que ocasionou redução na demanda pela *commodity*. A desaceleração da economia chinesa pode ser apontada como o principal fator da retração da demanda por minério de ferro, aliada a uma redução da atividade de construção civil e ao excesso de oferta de aço no país, além da estagnação dos Estados Unidos e também da crise dos países da zona do Euro. A Vale, por ser líder na produção de minério e maior exportadora do país, participa de negociações de formação de seu preço.

A China importou do Brasil 169,94 milhões de toneladas de minério de ferro e seus concentrados em 2012, quantidade 3,3% superior ao ano anterior, quando foram importados 164,50 milhões de toneladas. As importações chinesas da soja brasileira atingiram 22,89 milhões de toneladas no ano de 2012, com uma variação de 3,5% em relação a 2011, quando as importações foram de 22,10 milhões de toneladas (gráfico 2).

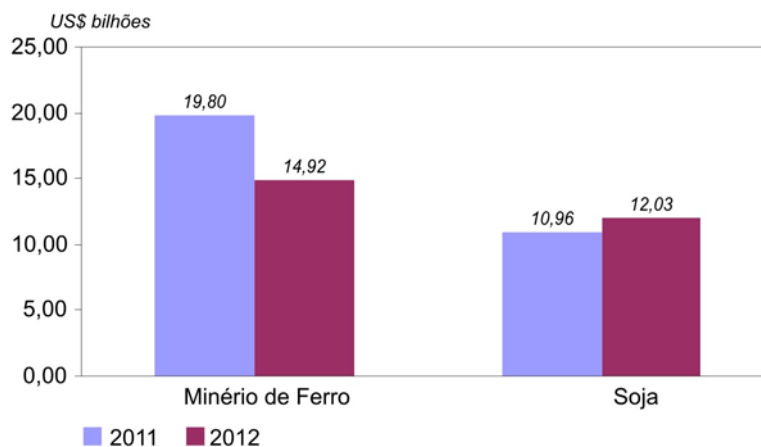
GRÁFICO 2 - QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MINÉRIO DE FERRO E SOJA PARA A CHINA - 2011-2012



FONTE: MDIC/SECEX
NOTA: Elaboração IPARDES.

Devido à queda no preço do minério de ferro em 2012, apesar do aumento no *quantum* exportado para a China, as exportações em valor fecharam o ano com queda de -24,6%. Em 2011, as exportações de minério de ferro destinadas à China atingiram US\$ 19,80 bilhões, contra US\$ 14,92 bilhões em 2012. Isso contribuiu para que o governo não atingisse a meta de exportações para o ano de 2012, fixada no mês de março em US\$ 264 bilhões. No entanto, a soja teve um crescimento de 9,8% em relação a 2011 (gráfico 3).

GRÁFICO 3 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MINÉRIO DE FERRO E SOJA PARA A CHINA EM VALOR - 2011-2012



FONTE: MDIC/SECEX
NOTA: Elaboração IPARDES.

A taxa de investimentos da China impacta no preço de algumas *commodities* minerais, tais como minério de ferro, alumínio, cobre, chumbo, níquel e zinco. De acordo com cálculos realizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), uma queda de 1% na taxa de investimentos da China equivale a uma contração de 0,8 ponto percentual, em média, no preço do minério de ferro.

A China prevê, para 2013, uma retomada em seus investimentos, o que é favorável para as exportações brasileiras, visto que aquele país continuará demandando produtos básicos, especialmente minério de ferro.

A IMPORTÂNCIA DO MINÉRIO DE FERRO

Guilherme Amorim*

Na década terminada em 2012, o preço do minério de ferro no mercado internacional cresceu dez vezes, de acordo com a Agência Platts. A cotação, bastante volátil nos últimos anos, tem estreita correlação com as compras da China, que respondem por mais de 61% da importação global da *commodity* (tabela 1). De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o preço médio da tonelada, em setembro do ano passado, desceu a US\$ 99,47 (menor patamar desde 2009). A maior cotação da história havia sido registrada em fevereiro de 2011, com média de US\$ 187,18.

TABELA 1 - DEMANDA MUNDIAL POR MINÉRIO DE FERRO POR PAÍSES, E PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA - 2011

PAÍS	IMPORTAÇÃO (US\$ 1.000 FOB)	ORIGINÁRIO DO BRASIL (US\$ 1.000 FOB)	PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA (%)
China	112 408 908	19 797 076	17,61
Japão	21 449 265	4 407 385	20,55
Coreia do Sul	11 380 768	1 849 458	16,25
Alemanha	7 159 664	1 587 922	22,18
Taiwan	3 698 491	774 369	20,94
Itália	2 604 518	1 632 025	62,66
França	2 335 473	912 667	39,08
Arábia Saudita	1 627 342	791 194	48,62
Reino Unido	1 576 271	854 138	54,19
Países Baixos	1 436 097	2 035 073	141,71
Outros	17 955 189	7 175 944	39,97
TOTAL	183 631 986	41 817 251	22,77

FONTE: United Nations Commodity Trade Statistics Database

A retomada da demanda chinesa por minério de ferro, movimento de recomposição de estoques ocorrido a partir do último quadrimestre do ano passado, levou a tonelada a US\$ 150,49 em janeiro de 2013 e provocou a maior defasagem já registrada entre o preço do aço e de sua matéria-prima. A instabilidade no mercado tem origem na recessão europeia, na estagnação japonesa e no baixo crescimento econômico nos Estados Unidos, que geraram estoques mundiais de 500 milhões de toneladas de aço e provocaram contração nos preços do minério.

Uma consequência local dessa incongruência de cotações pode ser percebida em recente decisão da Vale, principal mineradora do mundo, responsável por aproximadamente 81% da exploração nacional do produto. A companhia suspendeu seus investimentos em siderurgia, concentrando recursos em projetos de extração de minério de ferro, como o de Serra Sul, no Pará. A disposição do grupo alemão ThyssenKrupp de se desfazer da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), complexo recém-construído, também é consequência dessa disparidade.

Os períodos de valorização, associados à escassez de ferro de alta qualidade e à periculosidade envolvida no processo de lavra, têm impulsionado a busca por processos mais eficazes de separação de minério das rochas, seja através da utilização de centrífugas ou ímãs. Quanto menor a concentração de ferro nas rochas, maior o calor necessário para a fabricação de aço – consequentemente, maior o custo de energia elétrica para as siderúrgicas. Novas formas de beneficiamento têm tornado comercialmente viáveis rochas descartadas, com alto teor de impurezas (ganga).

A relevância econômica do minério de ferro para o Brasil pode ser notada através da participação da sua extração no valor da transformação industrial (VTI), de 6,05% em 2010, de acordo com a Pesquisa Industrial Anual (PIA), do IBGE. O ramo envolve 53 empresas, que controlam 163 unidades de exploração e respondem por 3,47% de toda a receita líquida da indústria nacional. Os encadeamentos dessa indústria tornam-na essencial para o nível de atividade da economia nacional. Ela responde por 10,73% de toda a demanda industrial por peças, acessórios e ferramentas, 6,53% do consumo de energia elétrica e 4,08% do valor pago a

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

terceiros por serviços industriais. Além disso, é responsável por 1,55% dos salários pagos no setor secundário.

O minério de ferro e seus concentrados constituem o principal grupo de produtos brasileiros de exportação desde 2004. Em 2012, representou 12,77% do valor da pauta brasileira. O País é o segundo maior exportador e atende a 22,77% da demanda mundial (tabela 1). Essa robustez estimula alterações na forma de pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), a serem propostas pelo Executivo no texto do novo código de mineração. Tal proposição deve ser enviada ao Congresso no segundo bimestre do ano corrente.

A CFEM é o instrumento legal que determina o valor dos *royalties* da mineração. Atualmente, as empresas mineradoras recolhem o equivalente a 2% da receita líquida. À União cabe 12% deste montante, enquanto estados recebem 23% e municípios, 65%. O novo texto sugerirá cobrança de alíquota variável, de acordo com a cotação do minério, com teto de 6% sobre o faturamento. Essa mudança reflete, contudo, um cenário que não mais existe, em que o preço do ferro crescia em proporção maior que o *quantum* exportado. O perfil da exportação brasileira do produto mudou, ainda que temporariamente. Em 2012, enquanto a quantidade exportada apresentou queda de 1,30% em relação ao ano anterior, o valor arrecadado apresentou redução de 25,89% – aproximadamente US\$ 11 bilhões. Dessa forma, verificou-se redução de 24,92% no preço por tonelada.

O código de mineração também deverá sofrer modificações no modo de concessão de lavra. O Executivo tem a intenção de evitar que empresas renovem indefinidamente as autorizações de exploração sem que qualquer apuração seja efetuada, processo frequentemente associado à especulação imobiliária. O novo mecanismo de concessão leiloaria as áreas de extração de minérios, o que inibiria a postergação das operações. Nesse caso, entretanto, resta definir como serão custeadas as avaliações técnicas que determinam a viabilidade comercial das jazidas. Esse é um processo lento e dispendioso, presentemente pago pelas mineradoras.

O papel estratégico da extração de minério de ferro pode ser verificado pelo suporte que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dá ao setor há anos. Em 2012, o banco concedeu à Vale empréstimo de R\$ 3,88 bilhões para incremento de transporte ferroviário e embarque marítimo. O projeto expandirá em 30,4% a capacidade de carga deslocada através da Estrada de Ferro de Carajás até o terminal de Ponta da Madeira, complexo adjacente ao Porto de Itaqui, no Maranhão.

A PRODUÇÃO PARANAENSE DE GRÃOS E AS PERSPECTIVAS PARA 2013

Francisco José Gouveia de Castro*

Após registrar queda de -19,9% na safra 2011/2012, devido à severa estiagem que atingiu o Estado entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, a produção paranaense de grãos votará a crescer, com colheita de 36,6 milhões de toneladas na atual temporada, segundo estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).¹ Naquele intervalo, as intempéries climáticas impactaram sobretudo a lavoura de soja, que registrou declínio de -29,1% em sua produção (tabela 1). Já, para a safra atual, espera-se resultado superior a 36% do volume produzido no ano-safra anterior, mantendo o Estado na segunda colocação no *ranking* nacional de produção de grãos, atrás do Mato Grosso.

À exceção da cevada, do trigo e do arroz, que devem anotar decréscimo de, respectivamente, -18,2%, -15,5% e -4,3% no volume colhido, os produtos da pauta agrícola paranaense apresentarão incrementos de produção, cabendo destacar o milho e a soja com salto de 47,6% e 37,8%, respectivamente, em relação à safra anterior.

O crescimento do milho será sustentado principalmente pela produtividade, que evoluirá 25,5% e pela expansão da área colhida em 17,7%, de acordo com o levantamento da CONAB. Segundo a autarquia, cerca de 6,8 milhões de toneladas serão colhidas na primeira safra, concentrada no primeiro trimestre, e 11,2 milhões na segunda safra, que é cultivada logo após a colheita da soja, ao longo do primeiro trimestre, e colhida durante o inverno.

Aliás, cabe destacar que em relação ao milho há a expectativa de crescimento na área plantada devido à opção estratégica dos produtores por cultivo de ciclo curto da soja (colheita antecipada), conciliando a soja no plantio de verão com o milho na segunda safra. Não obstante, a soja registrará aumento de 30,5% em produtividade, sendo menos significativa a contribuição da área colhida, com expansão na ordem de 5,6%. Tal incremento denota recuperação da oleaginosa após a quebra da safra 2011/2012.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS - PARANÁ - SAFRAS 2010/2011 A 2012/2013

PRODUTO	PRODUÇÃO (Em mil toneladas)			VARIACÃO (%)	
	Safra 2010/11(a)	Safra 2011/12 (b)	Safra 2012/13 (c)	b/a	c/b
Arroz	190,5	166,8	159,6	-12,4	-4,3
Aveia	143,8	112,7	141,4	-21,6	25,5
Centeio	1,0	1,1	1,3	10,0	18,2
Cevada	195,8	195,6	160,1	-0,1	-18,2
Feijão	821,2	677,9	767,4	-17,5	13,2
Milho	13 443,3	12 247,7	18 081,4	-8,9	47,6
Soja	15 424,1	10 941,9	15 074,6	-29,1	37,8
Sorgo	6,0	6,7	6,7	11,7	0,0
Trigo	3 314,8	2 501,0	2 112,5	-24,6	-15,5
TOTAL	33 540,5	26 851,4	36 505,0	-19,9	36,0

FUNTE: CONAB

NOTA: Elaboração do IPARDES.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

¹ Optou-se por trabalhar com as estimativas da CONAB, pelo fato de que esta fonte apresenta nomenclatura referente a ano-safra idêntica à utilizada pela USDA.

Os efeitos da estiagem na soja foram amenizados pela conjuntura favorável das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Na prática, o que elevou os preços de soja em grão em 2012 foram os valores recordes do farelo, devido ao aumento na demanda e aos baixos níveis da estocagem mundial.

Aliás, a deterioração do quadro de oferta de grãos nos EUA na safra 2012/2013 continua deflagrando pressões sobre as cotações do milho e da soja no mercado internacional, indicando que, na temporada 2012/2013, a produção de soja no Estado do Paraná deverá ser novamente

favorável aos produtores, com boa produtividade e remuneração acima da média. As estimativas da *United States Department of Agriculture* (USDA) indicam retração do estoque e da produção mundial de grãos em 8,9% e 3%, respectivamente, em relação à safra 2011/2012, implicando novamente na diminuta oferta mundial de oleaginosas e cereais.

Não obstante a provável recuperação da produção dos EUA, o mercado tem precificado a expectativa de uma grande colheita de soja e milho na América do Sul, porém com a difícil recomposição do estoque mundial dessas *commodities*. Em janeiro, os futuros de soja recuaram 2,71% em relação à média do mês anterior, cotada a US\$ 14,12 por *bushel*. Apesar disso, o valor foi 16,68% maior que o registrado em igual período do ano passado. Os contratos de milho amargaram desvalorização de 0,99% em relação a dezembro de 2012 (US\$ 7,15 por *bushel*), mas ficaram 12,19% acima da média registrada um ano antes.

Quanto aos preços negociados no Brasil, segundo o índice ESALQ/BM&FBovespa, apesar do avanço da colheita e da pressão externa, no mês de fevereiro a cotação da soja ficou estável, com média de US\$ 32,83 a saca de 60 kg. Já a média ponderada das regiões paranaenses foi de R\$ 30,60 a saca de 60 kg. No entanto, segundo cálculos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), os preços devem se manter em US\$ 32,00 a saca no porto de Paranaguá durante o primeiro semestre de 2013. Cabe destacar que, de acordo com o acompanhamento da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), 38% da safra 2012/2013 já foi comercializada no Paraná.

No mercado de milho, a formação de preços se divide em regiões durante a época do ano, tendo em vista que em 2012, segundo informações do CEPEA, ocorreram quatro tendências no país: crescimento dos preços no início do ano, impulsionados pela seca no Rio Grande do Sul e Paraná; porém cedendo até junho pressionados pelas expectativas de boa colheita na segunda safra; entre junho e agosto os valores voltaram a subir, influenciados pela quebra da safra dos Estados Unidos; em setembro e outubro, os preços caíram novamente em decorrência das exportações brasileiras em volumes recordes.

Na atual safra, o preço do milho dependerá do comportamento da produção dos Estados Unidos, com maiores excedentes exportáveis e acirramento da concorrência com o Brasil. Diante disso, os contratos futuros de Chicago sinalizam queda em torno de 14% entre março de 2013 a dezembro de 2013, o que possibilita maior rentabilidade para negociações de contratos antecipados no *spot* e contratos de opções nas bolsas.

Diante desses resultados, é inegável que a recuperação da produção de grãos paranaense em 2013 contribuirá de forma expressiva para o crescimento do PIB do Estado. De fato, segundo as estimativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Valor Bruto da Produção Agrícola (VBP) do Paraná alcançará R\$ 38,7 bilhões neste ano, com crescimento real de 32,83% em relação a 2012, confirmando a permanência do Estado na terceira colocação no *ranking* nacional (tabela 2).

TABELA 2 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA - UNIDADES DA FEDERAÇÃO E BRASIL - 2012-2013

UF	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R\$)				VARIÇÃO REAL (%)
	2012		2013		
	Abs.	Part. (%)	Abs.	Part. (%)	
SP	35.867.245.667	14,7	49.911.501.392	17,6	39,2
MT	39.071.559.258	16,0	45.832.388.815	16,2	17,3
PR	29.147.540.840	12,0	38.717.356.467	13,7	32,8
RS	20.650.805.287	8,5	31.989.486.249	11,3	54,9
MG	26.759.203.897	11,0	25.937.079.498	9,1	-3,1
GO	19.095.543.171	7,8	22.677.514.100	8,0	18,8
BA	12.607.261.226	5,2	14.274.597.233	5,0	13,2
MS	11.169.216.393	4,6	12.973.850.055	4,6	16,2
Outras UFs	35.402.925.498	14,5	43.987.385.709	15,5	24,2
BRASIL	243.882.005.731	100,0	283.547.553.803	100,0	16,3

FONTE: MAPA

NOTA: Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV - janeiro/2013.

No caso paranaense, é proeminente a influência da soja no faturamento da agricultura, crescendo 69,6% em relação à safra anterior e mantendo-se como carro-chefe do setor. Adicionalmente, é relevante a contribuição do milho, com 12,7%, e do feijão com 6,5%.

TABELA 2 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - PARANÁ - 2011-2013

PRODUTO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO				
	2011	2012	2013	Var. (%) 2011-2012	Var. (%) 2012/2013
Arroz (em casca)	115.156.999,72	108.778.017,17	110.557.165,37	-5,54	1,64
Feijão (em grão)	1.233.978.103,86	1.586.254.484,04	1.688.711.200,00	28,55	6,46
Milho (em grão)	5.870.493.459,93	6.813.915.125,77	7.680.405.180,00	16,07	12,72
Soja (em grão)	11.990.626.048,53	11.006.959.735,05	18.662.055.060,00	-8,20	69,55
Trigo (em grão)	1.143.274.422,63	1.485.347.538,77	1.544.692.806,28	29,92	4,00
Outros produtos	8.458.179.052,51	8.041.738.326,26	8.877.593.054,87	-4,92	10,39
TOTAL	28.811.708.087,17	29.147.540.839,56	38.717.356.466,52	1,17	32,83

FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA

NOTA: Dados elaborados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

É preciso ressaltar que a atividade agrícola sofre o impacto das variáveis macroeconômicas. Nesse sentido, para vaticinar qualquer resultado do setor é necessário levar em conta as implicações das políticas econômicas do poder central, além das previsões meteorológicas. Como os mercados agrícolas tendem a ser mais concorrenciais, os preços, por sua vez, exibem comportamento mais volátil, respondendo rapidamente às variações de oferta e demanda, no mercado doméstico e internacional.

Nesse sentido, diante dos estertorantes indicadores econômicos correntes no âmbito nacional, resultado da confusa condução das variáveis de estabilização – sobretudo por conta do relaxamento em relação à aderência entre metas de inflação (juros), câmbio flutuante (com alto grau de mobilidade de capital) e metas de superávit primário –, a recuperação do setor agrícola será determinada, assim como em 2012, por elementos de mercado, basicamente pela escalada de preços internacionais dos grãos, decorrente da crescente demanda externa por alimentos.

O COMPORTAMENTO DO COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ EM 2012

Patricia Adriana Ostapechen Krüger*

A apuração da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrou que o volume de vendas do comércio varejista ampliado – que inclui, além dos ramos tradicionais, a comercialização de veículos e motos e material de construção – cresceu 8,53% no Paraná em 2012, contra 8,03% no Brasil.

Foram verificadas apenas duas reduções no comércio do Paraná, que ocorreram nos ramos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-7,63%) e livros, jornais, revistas e papelaria (-3,37%).

Por outro lado, tiveram desempenho bastante expressivo no Estado os segmentos de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (20,49%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (20,46%), seguidos por hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (10,22%), veículos, motocicletas, partes e peças (8,61%), combustíveis e lubrificantes (8,01%), móveis e eletrodomésticos (7,26%), tecidos, vestuário e calçados (6,22%) e material de construção (2,81%) (tabela 1).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO, SEGUNDO ATIVIDADES - PARANÁ - 2012

ATIVIDADES	VARIAÇÃO (%) ⁽¹⁾
Combustíveis e lubrificantes	8,01
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	10,22
Hipermercados e supermercados	10,57
Tecidos, vestuário e calçados	6,22
Móveis e eletrodomésticos	7,26
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	20,49
Livros, jornais, revistas e papelaria	-3,37
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-7,63
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	20,46
Veículos, motocicletas, partes e peças	8,61
Material de construção	2,81

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

⁽¹⁾ Igual período do ano anterior.

A boa performance do varejo em 2012 pode ser creditada aos baixos patamares de desemprego no Estado, assim como aos ganhos salariais reais dos trabalhadores, e aos menores encargos do crédito ao consumidor.

Em relação à renda oriunda dos salários, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), levantou rendimento médio anual real habitualmente recebido de R\$ 1.935,71 em 2012, contra R\$ 1.827,45 em 2011, ou seja, equivalente a um crescimento de 5,9% (tabela 2). Esse aumento decorreu do aquecimento do mercado de trabalho local, comprovado pela reduzida taxa de 3,2% na desocupação na RMC em dezembro de 2012.

* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

TABELA 2 - RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO PELOS OCUPADOS - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2011-2012

PERÍODO	RENDIMENTO MÉDIO REAL DAS PESSOAS OCUPADAS (R\$)
2011	1.827,45
Janeiro	1.847,39
Fevereiro	1.788,03
Março	1.848,68
Abril	1.743,87
Maiο	1.764,05
Junho	1.802,66
Julho	1.765,68
Agosto	1.789,01
Setembro	1.823,87
Outubro	1.933,74
Novembro	1.902,34
Dezembro	1.920,04
2012	1.935,71
Janeiro	1.951,76
Fevereiro	1.926,11
Março	1.938,55
Abril	1.929,07
Maiο	1.920,59
Junho	1.959,90
Julho	1.943,22
Agosto	1.932,05
Setembro	1.961,61
Outubro	1.943,72
Novembro	1.940,13
Dezembro	1.881,80

FONTE: IPARDES

NOTA: Inflator – INPC-RMC (IBGE). Valores em reais de dezembro de 2012.

Adicionalmente, conforme dados do Banco Central, no período de janeiro a dezembro de 2012, houve relevante crescimento do volume das operações de crédito, equivalente a 16,8%, motivado pela queda da taxa de juros (tabela 3), o que contribuiu sobremaneira para a considerável expansão do varejo paranaense.

TABELA 3 - TAXAS DE JUROS NAS OPERAÇÕES PREFIXADAS - BRASIL - JANEIRO-DEZEMBRO DE 2012

MÊS	CHEQUE ESPECIAL		CRÉDITO PESSOAL	
	Ano mês (%)	Ao ano (%)	Ano mês (%)	Ao ano (%)
Janeiro	9,15	185,91	3,45	50,30
Fevereiro	9,05	182,83	3,47	50,60
Março	9,12	185,04	3,36	48,75
Abril	8,77	174,14	3,12	44,66
Maiο	8,61	169,45	2,93	41,41
Junho	8,53	167,13	2,82	39,58
Julho	7,97	151,03	2,84	39,94
Agosto	7,89	148,64	2,81	39,43
Setembro	7,85	147,62	2,82	39,65
Outubro	7,69	143,35	2,79	39,09
Novembro	7,77	145,42	2,72	38,02
Dezembro	7,64	141,95	2,77	38,88

FONTE: Banco Central do Brasil

Diante desse quadro, conclui-se que o comércio foi o grande “beneficiário” da atual política econômica do governo, a qual combina estímulos à geração de empregos, desonerações tributárias e flexibilidade monetária, com o intuito de estimular o consumo das famílias, mesmo que em detrimento do investimento.

Tanto é assim que, enquanto a participação do consumo das famílias no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro subiu de 60,2% em 2011 para 62,3% em 2012, a taxa de investimento reduziu de 19,3% para 18,1%, de acordo com o Sistema de Contas Nacionais do IBGE.

Portanto, parece razoável argumentar que o padrão de crescimento estimulado não se mostra sustentável, pois sua continuidade esbarra no esgotamento da capacidade de endividamento das famílias e juros ainda bastante elevados.

AGROINDÚSTRIA

Cocamar investirá R\$ 90 milhões em 2013

A Cocamar Cooperativa Agroindustrial, sediada em Maringá (Região Norte Central Paranaense), aperfeiçoará e expandirá sua capacidade de secagem de milho e sua estrutura para recebimento de grãos. A cooperativa, que reúne 11,2 mil produtores, estima que os investimentos cheguem a R\$ 90 milhões em 2013.

No ano passado, a Cocamar alcançou faturamento de R\$ 2,36 bilhões, crescimento de 17,4% sobre o registrado em 2011. Esse resultado foi atingido graças à elevação na cotação dos grãos e ao crescimento na venda de insumos (33%) e de produtos processados voltados ao consumidor final (13,2%).

LIMA, Mari. Receita da Cocamar cresce 17% e supera R\$ 2,3 bilhões em 2012. Valor Econômico, São Paulo, 22 jan. 2013. Empresas, p. B11.

INDÚSTRIA

Gelopar investirá R\$ 16 milhões em expansão

A Gelopar investirá R\$ 16 milhões na expansão de sua planta no município de Araucária (Região Metropolitana de Curitiba). A fabricante de refrigeradores avalia que a demanda crescerá 17% em 2013. Atualmente, a empresa produz 13 mil máquinas por mês.

Os equipamentos são adquiridos por indústrias de bebidas e alimentos para distribuição personalizada em estabelecimentos varejistas, ou exportados. O crescimento na procura do modelo destinado ao resfriamento de cervejas impulsionou o investimento – espera-se que seus pedidos sejam 50% superiores aos realizados no ano passado. A estimativa de faturamento para o ano corrente alcança R\$ 240 milhões.

JASPER, Fernando. "Calor" da Copa anima a Gelopar. Gazeta do Povo, Curitiba, 16 dez. 2012. Economia, p. 3.

JASPER, Fernando. Empresa investe R\$ 16 mi para ampliar fábrica. Gazeta do Povo, Curitiba, 16 dez. 2012. Economia, p.3.

Petrobras adquire fábrica em Araucária

A Petrobras adquiriu fábrica de compostos químicos localizada no município de Araucária (Região Metropolitana de Curitiba). A unidade estava sob controle da Vale desde 2010, quando esta comprou a Fosfértil. A transferência custou US\$ 234 milhões à Petrobras, que realizará o pagamento através do arrendamento de seus direitos de mineração em Sergipe à Vale.

A unidade utiliza como insumo resíduo asfáltico proveniente da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar). Estima-se que a fábrica seja capaz de produzir, anualmente, 475 toneladas de amônia e 750 mil toneladas de ureia. Além de fertilizantes, pode gerar 450 mil metros cúbicos de Arla 32, reagente que reduz emissão de gases de motores a *diesel*.

PETROBRAS compra planta paranaense da Vale. Gazeta do Povo, Curitiba, 19 dez. 2012. p. 27.

ROSAS, Rafael. Vale vende unidade de fertilizantes à Petrobras. Valor Econômico, São Paulo, 19 dez. 2012. Empresas, p. B15.

* Elaborado com informações disponíveis de 07/12/2012 a 28/02/2013.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Petrobras paga *royalties* por exploração de xisto

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) reconheceu que a Petrobras deve realizar pagamento de *royalties* pela exploração de xisto betuminoso no Paraná – não havia regulamentação que cobrisse a lavra desse produto. Desde 1972, a planta localizada em São Mateus do Sul (Região Sudeste Paranaense) produz óleo e gás através do processamento de querogênio, composto contido nas rochas de xisto.

O primeiro repasse, de R\$ 1,09 milhão, foi efetuado na segunda quinzena de fevereiro – referente a 5% do valor do petróleo bruto extraído em janeiro deste ano. O município produtor recebe 30% do montante. O Estado recolhe 70% e repassa 25% aos demais municípios paranaenses. A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) pleiteia que a cota devida seja elevada de 5% para 10% do valor auferido e que a Petrobras realize pagamento, estimado em R\$ 230 milhões, retroativo a todo o período de exploração.

No início de fevereiro, o Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR) ajuizou ação civil pública que requer a interdição da unidade de São Mateus do Sul, por danos ambientais. O pedido baseia-se em laudo que constatou casos de problemas respiratórios na população, associados a gases e partículas metálicas emitidas pela unidade, bem como a existência de mercúrio – em concentração superior à permitida – em leito ribeirinho.

GONÇALVES, Glauber; VALLE, Sabrina. MP-PR quer interditar usina de xisto da Petrobrás. O Estado de S. Paulo, 06 fev. 2013. Economia, p. B3.

PARANÁ espera R\$ 230 milhões por royalties atrasados do xisto. Gazeta do Povo, Curitiba, 23 jan. 2013. p.22.

PARANÁ recebe primeira parcela de royalties pela exploração do xisto. Gazeta do Povo, Curitiba, 23 fev. 2013. p.15.

Todeschini alimentos encerra atividades

Fundada há 118 anos, a Todeschini Alimentos encerrou suas atividades. A fábrica curitibana de massas e biscoitos deixou de funcionar no dia 22 de dezembro, início das férias coletivas dos 336 funcionários. Projetava-se o início das operações de 2013 para a segunda semana de janeiro, mas no início de fevereiro a empresa comunicou o fim da produção. Desde 2006, a companhia era administrada por um consórcio de investidores denominado AC Comercial.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentos de Curitiba (STIP), as rescisões trabalhistas foram iniciadas sem que os salários de janeiro tenham sido pagos. Assim, foi requerido – e deferido – o bloqueio de contas da Todeschini para ressarcimento dos funcionários.

MENEZES, Fabiane Ziolla. Família Todeschini tenta evitar fim de marca centenária. Gazeta do Povo, Curitiba, 17 fev. 2013. Economia, p.22.

MENEZES, Fabiane Ziolla. Funcionários da Todeschini começam a assinar rescisão. Gazeta do Povo, Curitiba, 15 fev. 2013. p.22.

MENEZES, Fabiane Ziolla. Todeschini fecha e demite 336 pessoas. Gazeta do Povo, Curitiba, 07 fev. 2013. p.19.

Linde implantará indústria em Curitiba

Empresa de capital alemão, a Linde aloca 50 milhões de euros na implantação de indústria em Curitiba. A empresa opera no Brasil desde 1915, com fábricas em quatro estados. Em Curitiba, a Linde produzirá argônio, nitrogênio e oxigênio – em forma de gás – para aplicações industriais, agrícolas, médicas e laboratoriais.

A unidade paranaense será construída no mesmo terreno onde está instalada a Peróxidos do Brasil, uma de suas principais clientes, e estima-se que entre em operação no primeiro semestre de 2014. As plantas das duas companhias utilizarão a mesma subestação de energia elétrica e serão ligadas por tubulação, tornando a transferência dos gases mais eficiente e segura.

LIMA, Marli. Linde investe R\$ 50 milhões em fábrica em Curitiba. Valor Econômico, São Paulo, 01 fev. 2013. Empresas, p.B5.

BNDES concede empréstimo à Positivo Informática

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou empréstimo de R\$ 173,1 milhões à Positivo Informática. Os recursos serão investidos na diversificação de sua linha de produtos, na atualização da infraestrutura de sua planta, na Cidade Industrial de Curitiba, e em projetos sociais. Em 2012, a receita líquida da empresa apresentou crescimento de 3,3% nos três primeiros trimestres, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

JUNGES, Cíntia. Positivo Informática receberá R\$ 173 milhões do BNDES. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 08 fev. 2013. p.19.

SERVIÇOS

Prisma engenharia construirá dois hotéis em Curitiba

Associada à rede norte-americana Marriott, a Prisma Engenharia construirá dois hotéis em Curitiba e um em Porto Alegre (RS). Estima-se que, somados, os três empreendimentos demandem R\$ 90 milhões. Prevê-se que os hotéis sejam inaugurados no primeiro semestre de 2014, sob diferentes bandeiras da Marriott, e administrados pela Prisma Engenharia em sistema de franquia.

MOTA, Camilla Veras. Marriott terá 3 hotéis no sul, com investimento de R\$ 90 milhões. *Valor Econômico*, São Paulo, 07 dez. 2012. *Empresas*, p.B4.

ALL e Cattalini investirão em Paranaguá

A América Latina Logística (ALL) e a Cattalini Terminais Marítimos firmaram parceria para a construção de estrutura no porto de Paranaguá, destinada ao transporte ferroviário de *diesel* e gasolina importados. As duas empresas já operam conjuntamente na exportação de álcool.

O novo acesso demandará investimento estimado em R\$ 10 milhões e as empresas esperam movimentar, mensalmente, 30 milhões de litros de combustíveis importados. A divisão de transporte de combustíveis da ALL representa entre 10% e 15 % do faturamento da companhia.

LIMA, Marii. ALL investe no transporte de combustível com Cattalini. *Valor Econômico*, São Paulo, 26 dez. 2012. *Empresas*, p.B9.

Ouro Verde expandirá frota de veículos leves

O Grupo Ouro Verde alocará aproximadamente R\$ 200 milhões, ao longo de 2013, na renovação e expansão da sua frota de veículos leves – de 16 mil para 20 mil unidades. Além de atuar na terceirização de frotas, a companhia aluga caminhões, equipamentos para a construção civil e maquinário para o setor sucroenergético. A divisão de veículos pesados conta com 6.000 unidades e receberá montante ainda indefinido de investimentos neste ano.

FRIAS, Maria Cristina. Grupo paranaense investe R\$ 200 milhões em frota. *Folha de S. Paulo*, 31 jan. 2013. *Mercado*, p.B2.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2013

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012 ⁽¹⁾	1 233	1 906	1 546	35 114	178 007	5 069	29 182	746 480	25 580
2013 ⁽²⁾	137	336	2 453	32 930	157 416	4 780	27 690	744 605	26 891

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012 ⁽¹⁾	67 177	94 392	1 405	651 991	49 660 123	76 167	51 064	160 887	3 151
2013 ⁽²⁾	66 100	101 243	1 532	671 115	56 183 632	83 717

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2013

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012 ⁽¹⁾	478 532	700 200	1 463	70 376	156 834	2 252	179 628	4 126 805	22 974
2013 ⁽²⁾	422 171	719 613	1 705	71 125	157 487	2 214	174 041	3 891 777	22 361

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012 ⁽¹⁾	3 010 744	16 527 860	5 490	4 459 855	10 941 162	2 453	774 592	2 114 195	2 729
2013 ⁽²⁾	2 911 145	18 142 677	6 232	4 708 563	15 367 423	3 264

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

(2) Há três safras de feijão ao longo do ano. A estimativa de 2013 compreende, por enquanto, duas delas.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2012

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Maio	237 488	25 059	50 548
1998	854 517	236 358	193 435	Junho	233 006	23 759	46 637
1999	957 237	198 873	229 466	Julho	241 015	21 342	60 648
2000	1 041 412	181 113	235 315	Agosto	249 963	21 460	62 635
2001	1 121 828	197 985	263 451	Setembro	241 461	21 183	61 548
2002	1 235 681	219 350	333 951	Outubro	244 781	24 829	53 044
2003	1 344 398	219 774	359 139	Novembro	245 610	25 796	52 868
2004	1 557 656	276 808	340 645	Dezembro	253 704	28 070	55 340
2005	1 788 481	308 947	367 765	2012 ⁽¹⁾	1 512 483	136 591	330 474
2006	1 856 538	316 897	390 394	Janeiro	249 459	21 202	53 541
2007	2 057 318	295 010	437 152	Fevereiro	237 860	20 893	52 076
2008	2 480 908	279 609	454 340	Março	267 575	21 204	59 047
2009	2 489 061	282 220	509 156	Abril	240 526	22 690	51 005
2010	2 725 634	338 599	531 514	Maio	278 161	25 691	58 869
2011	2 868 973	279 585	629 586	Junho	238 902	24 911	55 936
Janeiro	228 175	21 329	45 270	Julho	247 789	27 815	62 449
Fevereiro	227 467	20 637	45 795	Agosto	265 675	30 791	63 619
Março	248 135	23 633	51 843	Setembro	249 489	30 053	55 058
Abril	218 169	22 487	43 411				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2013

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011 ⁽¹⁾	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 955	38,21	385 059	2,21	17 394 272
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415
Abril	928 116	59,21	92 402	5,89	515 006	32,85	32 019	2,04	1 567 543
Maio	823 247	48,39	294 400	17,31	545 496	32,07	37 988	2,23	1 701 132
Junho	897 361	51,54	266 370	15,30	545 349	31,32	32 046	1,84	1 741 126
Julho	646 727	43,24	238 104	15,92	581 660	38,89	29 192	1,95	1 495 684
Agosto	817 671	44,84	290 316	15,92	670 794	36,79	44 571	2,44	1 823 353
Setembro	807 452	49,27	270 041	16,48	530 875	32,39	30 568	1,87	1 638 937
Outubro	595 757	42,69	161 819	11,59	597 689	42,82	40 412	2,90	1 395 677
Novembro	543 779	39,59	206 787	15,06	586 961	42,74	35 876	2,61	1 373 403
Dezembro	542 200	37,70	190 371	13,24	678 283	47,16	27 434	1,91	1 438 288
2012 ⁽¹⁾	7 348 756	48,49	1 830 335	12,08	5 692 128	37,56	284 195	1,88	15 155 414
Janeiro	505 985	44,82	137 019	12,14	466 352	41,31	19 497	1,73	1 128 853
Fevereiro	483 922	38,62	142 155	11,34	594 263	47,42	32 827	2,62	1 253 168
Março	725 431	49,94	138 024	9,50	563 315	38,78	25 912	1,78	1 452 682
Abril	813 746	56,05	75 665	5,21	532 918	36,71	29 385	2,02	1 451 715
Maio	1 078 955	53,42	266 792	13,21	628 786	31,13	45 217	2,24	2 019 751
Junho	742 085	48,26	163 679	10,64	609 311	39,62	22 702	1,48	1 537 777
Julho	795 870	53,32	180 331	12,08	492 178	32,97	24 339	1,63	1 492 718
Agosto	796 650	49,33	188 781	11,69	597 124	36,98	32 250	2,00	1 614 806
Setembro	633 459	45,28	191 312	13,68	552 905	39,52	21 277	1,52	1 398 952
Outubro	772 652	42,81	346 577	19,20	654 975	36,29	30 788	1,71	1 804 993
Novembro	491 302	37,62	252 074	19,30	539 292	41,29	23 402	1,79	1 306 070
Dezembro	516 650	41,39	192 210	15,40	516 661	41,40	22 578	1,81	1 248 099
2013 ⁽¹⁾	328 462	33,92	135 402	13,98	488 499	50,45	15 935	1,65	968 298
Janeiro	328 462	33,92	135 402	13,98	488 499	50,45	15 935	1,65	968 298

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2012

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan/11	Fev/11	Mar/11			
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4	131,6	150,3	160,9	149,7	135,7	153,4			
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8	117,4	87,0	91,6	109,1			
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4	141,6	128,2	124,0	141,5			
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1	87,1	77,8	74,3	83,4			
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,3	140,8	148,1	135,1	152,2			
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0	422,8	748,1	153,1	389,8			
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7	102,8	93,1	81,4	82,7			
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9	68,5	70,8	72,4	54,5			
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	122,5	129,1	134,8	124,7	125,9	139,5			
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7	133,8	124,0	124,7	136,1			
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5	132,8	118,3	119,8	132,9			
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5	171,0	146,1	179,9	203,8			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	130,9	149,1	115,8	153,0	151,1			
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2	409,4	275,5	384,8	369,9			
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6	102,7	100,8	103,8	93,7			

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																							
	Abr/11	Maio/11	Jun/11	Jul/11	Ago/11	Set/11	Out/11	Nov/11	Dez/11	2012	Jan/12	Fev/12	Mar/12	Abr/12	Maio/12	Jun/12	Jul/12	Ago/12	Set/12	Out/12	Nov/12	Dez/12		
Indústria de transformação	142,3	154,7	164,5	169,4	185,2	161,7	167,0	172,5	174,2	153,1	157,3	137,6	176,4	145,6	163,8	152,3	158,7	165,9	147,2	158,2	149,6	125,0		
Alimentos	114,1	133,5	132,6	136,0	130,2	138,5	125,9	112,2	97,9	153,1	157,3	137,6	176,4	145,6	163,8	152,3	158,7	165,9	147,2	158,2	149,6	125,0		
Bebidas	137,1	130,7	108,4	118,8	148,2	148,5	167,1	171,3	175,6	119,6	90,7	96,0	114,0	113,2	136,6	125,1	137,6	142,3	130,5	132,7	117,4	99,5		
Madeira	79,6	82,4	82,1	95,8	95,5	97,2	99,4	98,8	79,7	146,6	131,2	135,3	147,7	135,6	123,5	107,4	114,5	154,2	153,1	178,4	183,4	194,7		
Celulose, papel e produtos de papel	140,3	146,4	104,5	145,4	140,3	144,0	143,7	138,8	151,1	101,0	96,9	90,0	102,3	91,7	103,4	90,9	103,3	110,7	105,6	111,9	106,1	99,5		
Edição, impressão e reprodução de gravações	187,3	172,9	484,6	388,3	642,8	282,9	363,2	499,8	761,0	139,4	148,0	133,5	149,4	138,6	139,2	109,0	143,7	148,0	145,0	148,8	139,7	130,0		
Refino de petróleo e álcool	102,2	115,1	109,0	109,3	117,3	111,3	107,1	109,3	95,6	362,0	993,1	346,3	737,3	313,7	351,9	341,2	226,2	209,5	190,6	211,9	216,3	205,4		
Outros produtos químicos	58,9	78,4	79,5	79,9	62,6	69,7	68,3	66,6	60,9	105,9	96,2	95,2	97,3	101,0	118,6	107,6	109,6	122,7	108,6	111,7	94,6	107,3		
Borracha e plástico	126,3	132,6	137,6	139,7	143,0	145,4	137,4	139,9	125,4	61,6	70,5	52,7	48,0	46,4	66,4	59,1	75,0	58,1	64,4	71,5	68,2	58,8		
Minerais não metálicos	134,1	140,8	135,6	137,5	135,9	135,5	140,8	132,4	128,4	133,8	135,3	123,2	140,2	131,6	148,0	133,4	140,1	141,6	132,1	139,1	136,6	104,0		
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	130,1	143,6	133,2	136,5	142,5	139,0	133,5	136,3	127,7	129,6	119,2	128,3	133,8	119,6	133,7	122,9	132,1	140,8	134,6	134,8	132,1	123,1		
Máquinas e equipamentos	155,3	183,8	177,6	145,6	162,7	155,3	186,3	179,1	176,9	132,6	119,6	123,3	136,6	132,0	145,7	130,4	137,3	139,2	127,0	144,7	140,6	114,7		
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	117,2	175,3	169,6	169,7	160,2	147,7	150,7	159,0	120,3	171,9	193,8	152,8	180,1	167,8	188,2	176,0	129,3	170,6	155,3	189,7	188,9	170,9		
Veículos automotores	378,4	378,0	396,2	459,6	500,6	410,3	436,2	472,2	450,5	147,9	115,1	134,8	163,1	124,9	151,1	178,1	148,5	153,1	138,8	152,4	159,7	155,7		
Mobiliário	85,1	98,1	95,9	102,2	112,4	110,8	109,7	113,7	106,3	343,2	174,9	315,6	421,7	350,2	375,4	366,4	437,4	437,3	333,9	363,8	349,0	192,4		

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2012

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																	
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11	Jun./11	Jul./11	Ago./11
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	109,9	104,2	105,5	107,4	108,8	111,0	111,6	111,8	112,2
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	66,8	68,4	67,9	66,6	66,7	67,8	67,4	65,9	66,4
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	110,4	104,7	106,0	107,9	109,4	111,6	112,1	112,4	112,7
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	173,3	152,2	155,0	161,8	168,6	177,9	181,6	182,3	181,8
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	178,6	205,7	278,4	293,5	302,4	279,9	172,8	100,4	98,2
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	87,5	84,6	85,8	86,3	87,3	87,4	87,2	86,6	86,1
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	88,3	87,8	91,6	89,7	88,5	89,7	88,2	88,7	89,3
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	92,0	89,9	91,0	91,5	91,7	95,9	92,6	95,8	93,1
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	30,7	31,9	31,2	31,6	31,5	30,7	30,3	30,4	30,2
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	134,6	134,1	132,8	133,7	133,1	132,4	135,8	137,5	134,9
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	217,7	180,3	185,2	218,9	224,8	230,7	231,8	237,9	232,3
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	101,2	100,7	99,4	97,4	97,8	100,0	100,5	102,9	103,3
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	80,1	77,9	78,6	81,5	80,9	81,1	78,7	79,3	79,7
Minerais não metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	131,4	126,6	127,5	128,1	126,8	129,0	132,3	132,2	132,4
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	85,1	82,2	82,9	83,7	84,1	83,9	84,5	84,1	84,8
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	121,1	123,1	127,3	124,7	123,2	127,7	129,8	125,7	121,4
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	157,7	166,1	164,1	164,9	161,5	159,5	157,2	152,0	152,5
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	146,5	121,3	124,3	128,7	133,2	139,0	139,9	142,1	160,3
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	168,6	159,2	160,1	162,7	165,9	168,0	168,9	172,0	172,5
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	67,8	63,4	64,0	65,9	69,0	68,9	69,3	69,5	69,3

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																
	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai./12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	Nov./12	Dez./12
Indústria geral	112,4	112,8	111,5	109,2	112,5	109,0	110,1	111,1	113,5	113,7	113,8	113,6	114,2	114,2	113,4	113,1	110,2
Indústrias extrativas	68,2	66,8	65,7	64,1	65,9	66,6	65,9	66,3	65,3	66,0	64,8	64,8	64,7	65,2	66,6	67,3	66,8
Indústria de transformação	113,0	113,3	112,0	109,8	113,1	109,6	110,7	111,6	114,1	114,3	114,4	114,2	114,8	114,8	114,0	113,7	110,8
Alimentos e bebidas	183,2	182,4	178,5	174,5	186,1	172,2	174,7	176,0	187,8	188,7	191,6	192,8	193,5	194,2	191,4	191,1	179,0
Fumo	93,2	101,6	106,8	110,8	184,7	215,1	247,7	301,6	295,7	251,9	222,8	104,8	104,8	106,8	117,7	120,4	127,6
Têxtil	88,7	89,9	91,9	88,8	98,3	92,7	94,6	94,8	97,1	96,9	96,1	98,0	97,6	100,3	105,0	104,2	102,4
Vestuário	89,1	87,6	86,4	83,5	73,2	80,6	78,4	76,0	73,8	73,5	72,5	72,0	72,7	70,9	69,8	68,9	68,8
Calçados e couro	91,1	90,9	89,3	90,7	84,0	91,1	88,6	84,8	85,6	85,8	84,2	82,6	82,2	81,9	81,1	80,5	80,1
Madeira	30,2	30,4	29,9	29,7	29,9	29,3	29,6	29,5	29,4	29,5	30,0	30,4	30,6	30,4	30,4	30,2	29,6
Papel e gráfica	135,0	135,2	135,9	135,1	129,7	135,5	134,5	131,2	130,0	127,9	127,6	128,5	127,4	129,3	128,7	128,5	127,7
Refino de petróleo e combustíveis	232,0	229,4	214,4	194,7	230,1	201,0	204,6	216,9	243,7	246,6	246,0	243,4	242,4	241,1	235,8	230,4	208,9
Produtos químicos	104,2	103,4	102,8	101,8	112,7	106,6	108,6	109,4	111,3	112,8	113,9	114,6	115,2	114,4	115,0	114,9	115,3
Borracha e plástico	80,7	81,3	81,9	79,4	78,8	78,8	78,0	80,4	79,9	78,0	76,5	77,5	78,2	78,9	79,0	79,9	80,1
Minerais não-metálicos	133,1	136,3	136,0	136,1	140,8	136,2	140,4	142,0	141,8	141,1	139,4	140,6	142,7	141,8	142,3	142,1	138,6
Metalurgia básica	85,9	88,2	88,6	88,4	88,9	88,9	89,3	89,9	90,7	90,1	90,7	89,9	89,7	87,9	87,8	86,5	85,7
Produtos de metal ⁽¹⁾	113,1	114,2	112,9	110,5	121,2	110,9	123,9	125,3	126,6	126,8	123,3	124,0	122,7	120,1	118,3	118,3	114,8
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	151,9	155,4	155,3	152,6	155,0	155,7	154,8	154,8	155,3	155,2	154,1	154,1	155,3	155,1	155,7	155,6	154,1
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	164,0	170,5	169,6	165,5	183,1	160,8	163,3	176,9	184,3	191,1	193,1	188,3	186,1	191,1	189,4	187,5	185,7
Fabricação de meios de transporte	173,3	175,6	174,4	170,2	174,0	171,4	170,9	174,6	174,0	173,6	174,3	172,3	180,5	179,9	172,2	172,9	172,0
Fabricação de outros produtos	70,3	69,2	67,7	67,2	67,5	67,5	67,4	67,7	68,2	68,6	68,0	66,4	66,1	66,4	68,1	67,8	68,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2013

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
jan. 2013	6 082	3 181	-1 499	4 360	-999	-	11 125

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2012

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011 ⁽³⁾	241 809	4,00	4 143 013	2,70
2012 ⁽³⁾	256 956	0,9	4 402 537	0,9

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

